

Nelson Rodrigues: o gênio reacionário

Anderson Figuerêdo Brandão

UNIABEU

RESUMO: Este artigo trata das posições de Nelson Falcão Rodrigues (1912-1980) contra o senso comum e a favor da ditadura militar (1964-1985) no Brasil.

Palavras-chave: Dramaturgia brasileira. Senso comum. Ditadura militar. Cultura brasileira.

Nelson Rodrigues: the reactionary genius

ABSTRACT: This article deals with the positions of Nelson Falcão Rodrigues (1912-1980) against common sense and in favor of the military dictatorship (1964-1985) in Brazil.

Key words: Brazilian drama. Common sense. Military dictatorship. Brazilian culture

Todo ínfimo conhecimento tem em si uma enorme satisfação: não enquanto verdade, mas como crença de ter descoberto a verdade. Que tipo de satisfação é essa?

Friedrich W. Nietzsche

Caminhamos entre estranhas certezas e estamos constantemente diante do que consideramos certo ou errado, bem ou mal, aceitável ou não. No entanto, geralmente não percebemos que esses paradigmas tão nossos têm o poder de apresentar-se de forma natural, quase como uma segunda pele fixada em nós pela cultura adquirida no lar, nas escolas, nas instituições tradicionais ou mesmo em lugares menos ou pior frequentados e que poucos de nós os mencionaríamos em público.

Esses construtos, que buscam encobrir suas faces contingentes, construídas por necessidades específicas e inseridas no bojo da história das sociedades são, na maioria das vezes, naturalizados na cultura por séculos de dominação e de

conformação. Assim, não pensamos antes de julgar de acordo com regras feitas por antiquíssimas gerações que nos precederam, sem mesmo buscar compreender a validade das forças de submissão com as quais esmagamos classes, gêneros, raças, políticas, ideologias “menores”, não ajustadas às forças preponderantes de coesão normalizadora, vulgarizada pela expressão: “opinião pública”. Nas palavras de Nelson Rodrigues:

A opinião deixou de ser um ato pessoal, uma posição solitária, um gesto de orgulho e desafio. É o jornal, é o rádio, é a televisão, é o anúncio, é o partido que pensa por nós. Há sujeitos que nascem, envelhecem e morrem sem ter jamais ousado um raciocínio próprio. Há toda uma massa de frases feitas, de sentimentos feitos, de ódios feitos (RODRIGUES, 1997, p. 123).

O homem já encontra a linguagem e o mundo pré-estabelecidos. As formas possíveis de conceitos e de pré-conceitos o aguardam, prontas a submetê-lo a suas compartimentalizações, às suas ordens explícitas e implícitas em comportamentos que são aceitos, terminantemente proibidos ou mesmo suportados quando na intimidade. Somos atores em constante representação no imenso teatro do mundo – qualquer falha em nossos trajes, palavra indiscreta, insinuação perdida, gesto mal-compreendido pode nos levar ao fosso do degredo social ou à exclusão voluntária daqueles que, mesmo em meio à multidão, sentem-se irremediavelmente sós.

Sob essas inúmeras ordens, que permeiam tanto a esfera pública como a do sujeito individual, o homem é levado a defender construtos ideológicos que vêm prontos, feitos, realizados e que, apesar de sofrerem a erosão dialética ocasionada pelas mínimas mudanças no perfil das mentalidades através do tempo, não perdem suas essências transformadoras e geradoras de sentido.

Sob as palavras mais bem justificadas, há concepções que ordenam o imaginário coletivo de forma a apresentá-lo como um sólido objeto, sem arestas, sem quaisquer formas de contradição que não sejam as esperadas pelo próprio aparato ideológico que o sustém. No entanto, mesmo quando todos parecem estar certos, sempre há alguém a discordar, uma voz insistente e que desarmoniza o conjunto uníssono que estamos

acostumados a ouvir e a repetir. Sobre o enforcamento dos nazistas criminosos de guerra, por exemplo, certa vez disse Nelson Rodrigues, ao apoiar o sociólogo Gilberto Freyre.

[...] quando eu tinha quinze anos, meu irmão Roberto Rodrigues foi assassinado. A partir do momento em que ele morreu, aprendi uma verdade que está cravada na minha carne e na minha alma, para sempre: - "Não se mata". Mesmo o culpado, não se mata. Um homem não mata outro homem. Quando enforcaram os nazistas, após o julgamento de Nuremberg, houve no Brasil um protesto. A grande figura de Gilberto Freyre levantou-se contra a execução. Os nazistas não deviam ser enforcados. Sempre fora contra a pena de morte e mais uma vez era contra a pena de morte (RODRIGUES, 1965, p. 167).

Na maioria das vezes, fundamentamos as nossas ideias de bem e de mal num ódio secular que, se fosse perfeitamente consciente, nos faria corar diante do prazer que nos daria as execuções públicas a lavar com sangue todas as culpas e medos que nos cercam. É a partir de construtos como esses que fundamentamos o concreto onde fincamos nossas bandeiras do bem ou do mal, do correto ou do incorreto e os repetimos em coro através de gerações interessadas, em última instância, tão somente em sobreviver. Muitas vezes é necessário negociar níveis de pactos ou acordos, dar as mãos, mesmo que brevemente, a poderes fundamentados no ódio, em contextos cada vez mais sombrios ou mesmo avessos à própria vida. A normalidade tende sempre a nos seduzir através de suas inerentes vantagens.

Normais somos nós, que passamos incólumes diante das câmeras e sempre sorrimos quando somos filmados, pois, na maioria das vezes, nada temos a esconder. Somos deliciosamente invisíveis aos olhos dos outros. Não causamos espanto, nem mesmo ódio, somente o indiferente reconhecimento que nos enlouquece dia após dia – tantas vezes nos vemos a fazer as mesmas coisas às mesmas horas.

É sob a máscara da normalidade que se esconde, talvez, os mais abjetos construtos ideológicos – eles vêm a se ligar aos nossos corpos de tal forma que verdadeiramente não podemos mais entender como balizamos nosso pensamento sem que eles não estejam realmente a frente de nós, a nos guiar docemente através de

suas frases repetidas, de seus refrões submersos numa experiência muitas vezes anacrônica, mas não menos humana. Quando diante dos refrões, eis que abandonamos a essência de nossa própria solidão, tal é o prazer de não estarmos sós, de fazermos parte de um grupo, de uma sociedade, de um coro de vozes em uníssono. Sobre a ideologia, disse, certa vez, Nelson Rodrigues:

Perguntaram, outro dia, a um amigo meu: — “Você é de direita ou de esquerda?”. Ele calcou a brasa do cigarro no cinzeiro e respondeu: — “Não sou canalha”. Ninguém entendeu. Houve aquele suspense irrespirável. Nova pergunta: — “Como assim?”. E o meu amigo: — “O canalha joga em qualquer posição”. E não disse nem mais uma palavra. Mas, se bem o entendi, ele insinuou o seguinte: — “Só o canalha precisa de uma ideologia, que o justifique e o absolva” (RODRIGUES, 1997, p. 85).

Os esquemas ideológicos não existem apenas para sustentar nossas opiniões sobre partidos políticos numa próxima eleição ou mesmo para apimentar nossas discussões com nossos amigos – comemos ideologia, vestimos idéias, comportamos-nos segundo os seus balizamentos e quando tudo se nos parece normal é porque todos os participantes da “bufo-tragi-comédia” em nosso cotidiano estão dispostos a representar, de forma quase perfeita (afinal, a perfeição também é uma ideia), seus papéis sociais pré-estabelecidos. Vejamos agora um texto sobre o esquema teórico em que Terry Eagleton explica a “*doxa* ideológica” tratada por Pierre Bourdieu:

Acredita-se, com frequência, que as ideologias bem-sucedidas são aquelas que tornam suas crenças naturais e autoevidentes – fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes. Esse processo, que Pierre Bourdieu chama de *doxa*, leva a ideologia a criar um ajuste tão perfeito quanto possível entre ela e a realidade social, fechando assim a brecha na qual a alavanca da crítica poderia ser introduzida. A realidade social é redefinida pela ideologia para tornar-se coextensiva a ela, de tal maneira que se obstrui a verdade de que foi a realidade, de fato, que engendrou a ideologia. Ao contrário, ambas parecem ter sido espontaneamente geradas juntas, tão inseparáveis quanto carne e unha. O resultado, politicamente falando, é um círculo aparentemente vicioso: a ideologia só poderia ser transformada se a realidade fosse de tal forma que a permitisse ser objetificada, mas a ideologia processa a realidade de maneira a antecipar-se a essa possibilidade. As duas, portanto, ratificam uma à outra. Dessa perspectiva, uma ideologia dominante não tanto combate as ideias alternativas quanto as empurra para além das próprias fronteiras do imaginável (EAGLETON, 1997, p. 62).

Algumas vezes, não poucas, apesar de os críticos da pós-modernidade já terem, pela enésima vez, dado a extrema unção às ideologias, assistimos homens e mulheres a morrer por conta do permanente choque entre ideários que permeiam as suas vontades e os impelem a situações que, dentro de uma lógica racional, seriam totalmente descabidas. Nelson Rodrigues poderia completar essas palavras dessa forma: “Bem sei que se morre muito na guerra. Ouso perguntar – e daí? O homem só é homem na medida em que está disposto a morrer por uns tantos valores, sem os quais a vida se torna absolutamente vil e absolutamente insuportável” (RODRIGUES, 1997, p.77).

Mas, pensemos, somos realmente inocentes enquanto hospitais são bombardeados, homens explodem a si e aos outros, e milhões sofrem por conta de uma fome inteiramente produzida pela desigualdade social? Se somos, são as nossas ideias que nos fazem sê-lo ou a ausência delas que nos justifica? Existe a possibilidade de inocência onde horrores acontecem numa proporção tão obsessiva que nos fazem tremer até mesmo diante de crianças que se aproximam de nosso carro? São crianças mesmo ou o contrário de tudo o que temos, que defendemos – muitas vezes – com o custo de nossas próprias vidas e que desesperadamente não queremos perder?

O caro leitor, diante deste texto, – por favor – não confessa, mas pensa: quantas vezes neste ano defendeste a pena de morte para crimes “hediondos”? Neste clima de ódio e de horror que nos cerca, será mesmo que a vingança nasce de nossas próprias dignidades feridas? E se nasce daí não é com o auxílio de fortíssimos aparatos ideológicos que nós, participantes da opinião pública, somos levados a defender propostas radicais ao calor infernal de nosso próprio medo? Pensemos: é o crime em si mesmo ou o aparato, as luzes, as vozes, o choro, o espetáculo do horror que habilmente nos direciona a amar a “celebridade” ou a odiar o miserável do dia? Nelson Rodrigues também falou sobre o horror que sentiu quando inserido na experiência de despersonalização ao ver-se em meio à multidão.

Eu era uma das quase 200 mil pessoas presentes. Aconteceu, então, que perdi qualquer sentimento da minha própria identidade. Tornei-me também multidão. Se, de repente, o povo começasse a virar cambalhotas, e a equilibrar laranjas, e a ventar fogo, eu faria exatamente como os demais. E, então, senti que a multidão não só é desumana, como desumaniza (RODRIGUES, 1997, p.114).

É no período de conflitos que a força totalizadora das ideias toma as mídias a fim de moldar-se em sua perspectiva titânica, incontestável em sua tirania obtusa, capaz de levar homens a extremos, a perigos por conta de conceitos que, não fosse pela exceção que se torna a regra, permaneceriam diluídos entre outros tantos, como pátria, consumo, direita, esquerda, trabalhador etc.

Em tempos de guerra não há possibilidade de tergiversar – os lados são claros e as margens intransponíveis. Tudo faz um sentido bruto e definido e é tão intenso que podemos reconhecer verdadeiramente quem são os nossos inimigos porque eles – além de possuir um uniforme diferente do nosso, algumas vezes até com um corte bem mais elegante, como no caso da SS de Hitler, por exemplo – defendem ideários diferentes dos nossos, querem mesmo corromper a nossa pátria com seus corpos sujos, suas vontades avassaladoras de matar nossos homens, estuprar nossas mulheres e escravizar nossos filhos da mesma forma que, provavelmente, faríamos nós mesmos no amaldiçoado solo do inimigo. Em sua contínua denúncia das guerras socialistas, Nelson Rodrigues adorava expor as contradições de tais regimes, reacionário confesso que era. Sobre a revolução liderada por Mao Tsé-tung, o autor disse, certa vez.

Aí está o óbvio ululante. Mao Tsé-tung matou como ninguém, mais do que o próprio Stalin. Hitler assassinou muito menos. Dirá algum socialista: - “Num país de 800 milhões de habitantes, o que são os 70 milhões que o velho Mao executou?” Cabe então a pergunta: - não se vê o óbvio? Exatamente: - Não se vê. Lá, na China, está ele, o assassino. É o óbvio com bochechas de máscara de Carnaval e barriga insubmersível (RODRIGUES, 1997, p.114).

Este texto não pretende oferecer respostas, pois é isso mesmo que os construtos ideológicos fazem a todo o momento – nos dar respostas, fornecer embasamento para

as nossas ações de autopurificação através da condenação do outro. Pretendemos, por outro lado, levantar questionamentos que permaneçam suspensos – cá entre nós, o mundo não faz um imenso sentido quando todas as nossas perguntas encontram as respostas no seio generoso da maioria? Confessemos: não é ótimo quando estamos do lado da opinião pública – quando levantamos a nossa voz diante de uma “justa causa coletiva”? Por exemplo, querem ouvir? “Morte aos Nardoni!” – quanto prazer eu pude ouvir nessa frase vinda na multidão, pela TV. Cheguei mesmo a pensar que a época das fogueiras públicas patrocinadas pelo Estado tinha retornado e fantasiei um imenso espetáculo tendo-os a queimar no seio de um grande fogo purificador, via satélite, pela televisão de todos os brasileiros unidos numa grande cadeia de ódio nacional.

As diferenças entre os antigos autos-de-fé e alguns processos de execração pública contemporâneos são contingentes (não há mais fogueiras ou mesmo pena de morte oficial, é claro) porque o show é o mesmo e tem igual intuito – mover esse grande monstro devorador que se chama “opinião pública”, atingir a coletividade de tal forma que todos se sintam purificados através da condenação daqueles que se recusaram a ser tudo aquilo que defendemos, que entendemos como digno, como certo. Somos positivos porque eles são negativos e é por isso que precisamos miserável e desesperadamente desses horrores quotidianos que consumimos nos jornais, que assistimos vidrados na televisão – ai de nós quando fazemos parte dessa massa informe e medonha que se chama coletividade! Creiam, não se trata aqui de questionar o “óbvio ululante” de atos de violência estúpida, mas de lançar a pergunta – por que tais horrores transformam-se num interminável show que nos hipnotiza de maneira total e definitiva? Vejamos o depoimento do reacionário sobre o julgamento da assassina de seu irmão, Roberto.

O assassinato do meu irmão Roberto. O julgamento coincidiu com o meu aniversário. Eu fazia, se não me engano, dezoito anos no dia 23 de agosto de 1930. Meses antes morrera meu pai; pode-se dizer que a mesma bala assassinara os dois. Meu Deus, não havia muito o que discutir. Eis a questão: - podia alguém “matar Mário Rodrigues ou um dos seus filhos”? Temos o direito de matar o filho, ou a filha, ou a mulher do nosso inimigo? Não assisti ao julgamento. Fiquei, em casa, ouvindo pelo rádio. Eis a verdade: - a opinião pública achava que se podia matar um dos filhos de Mário Rodrigues;

não diretamente o próprio Mário Rodrigues, mas um dos filhos, e tanto podia ser Roberto como o Mário, Mário como Milton, Stella com Nelson ou até, a recém-nascida Dulcinha. Lembro-me de um jornal que resumia, no título, um juízo final: - “Justo atentado”. E, em casa, antes de dormir, eu ficava pensando: e a espinha serrada, por que não conseguiram extrair a bala? E o algodão nas narinas? E a filha por nascer? E o meu pai morto? O júri fez o que a opinião pública exigia. Eu estava, no meu canto, em casa, esperando o pior. E veio o resultado: - absolvição, por uma maioria de três votos, se não me engano, três votos. O locutor dava berros triunfais. E o resultado mereceu uma ovação formidável. Um clima de auditório de rádio, de TV e mais de rádio do que TV. Naquele momento, instalou-se em mim uma certeza, para sempre: - a opinião pública é uma doente mental. E pensei numa fuga impossível. Viver e morrer numa ilha selvagem, só habitada pelos ventos e pelo grito das gaivotas (RODRIGUES, 1993, p. 102).

A um público muitas vezes hipnotizado e horrorizado, Nelson apresentou obras que certamente o caracterizaram como um escritor maldito. Esses textos, ao longo de sua carreira, lhe renderam um número considerável de proibições, apesar de ser tido um notório defensor da ditadura militar que governou o país a partir do golpe de 1º de abril de 1964.

Pasmem para as ironias da vida literária e dramática. Durante dezoito anos, ou vinte, fui o único obsceno do teatro brasileiro. Minhas peças *Álbum de família*, *Anjo negro*, *Senhora dos afogados* foram interditas. E não tive a solidariedade de ninguém. Lembro-me de que Álvaro Lins, a maior autoridade crítica da época, declarou, por outras palavras, o seguinte: – eu saíra da literatura e agora era um “caso de polícia”. No mais, nem estudantes, nem escritores, quando passavam por mim, concediam a graça de um “oba”. O Dr. Alceu, em declarações a *O Globo*, aplaudia a minha interdição. Sempre que se referia a mim dizia, enojado: – “As peças obscenas de Nelson Rodrigues”. O curioso é que nem *Álbum de família*, nem *Anjo negro*, nem *Senhora dos afogados* tinham um único palavrão. Eu viria usá-lo mais tarde. E, no entanto, montou-se a meu respeito, todo um folclore medonho (RODRIGUES, 1995, p. 29).

Não foram poucas vezes que os críticos o acusaram de estar produzindo obras de duvidosa qualidade literária, eivadas de tal teor desagradável que alguns defenderam, além da interdição de seus textos, a prisão do autor. A crítica vociferou, exemplarmente, quando valores tradicionais tidos como positivos à moral e à ética da classe média eram esperados nas obras de arte, principalmente naquelas que estavam

em contato mais íntimo com o público, como no caso das peças teatrais e dos filmes caros à ideia do “entretenimento saudável”.

Mas como um homem acostumado a lutar contra a censura defendeu um dos regimes mais severos no Brasil? De quais formas podemos equacionar a sua luta pela liberdade em um regime que impunha censores pagos aos meios de comunicação como uma polícia ideológica a vigiar e a punir continuamente qualquer tentativa de liberdade de expressão?

Nelson odiava a violência e, mais do que qualquer coisa, o senso comum. Em sua particular visão, a estrutura socialista não permitiria quaisquer possibilidades de realização do homem que ele sempre fora, o gênio, o indivíduo que é conhecido por suas próprias ideias, aquele que combate, mesmo só, pelo indizível prazer de ferir a opinião pública, de criar conceitos que transformem o senso comum – Nelson aproximou-se muito do iluminado romântico, que luta, algumas vezes por puro desespero, para apresentar as suas ideias mesmo sabendo que iriam discordar dele, que as suas posições lhe garantiriam o ostracismo tantas vezes vivido na esfera dos intelectuais.

Ele ficou só por vários motivos – no início, por escrever textos profundamente transgressores. Suas tragédias mexiam com o imaginário brasileiro a ponto de, como vimos, provocar reações as mais diversas, improváveis, emocionais. Por outro lado, a sua defesa da ditadura militar o fez experimentar o desprezo da intelectualidade das décadas de 60 e 70, conforme podemos ver no depoimento a seguir.

Minha vida autoral tem sido difícil. Ao longo de minha vida, cinco peças minhas foram interditas; recentemente, caçaram a pauladas um romance meu. Nunca as esquerdas exalaram um suspiro em meu favor; nunca os nossos intelectuais libertários fizeram um manifesto contra as miseráveis interdições (RODRIGUES, 1995, p. 70).

Não era para menos. Nelson era feroz quando literalmente metralhava o marxismo, comparando-o ao regime de libertação dos imbecis – para ele, vindo de uma família de gênios (para termos uma ideia, Mário Filho, aquele que doou o seu nome ao estádio de Futebol no Maracanã (RJ), foi seu irmão), um regime que tinha a igualdade

como imposição significava a morte do “ego”, a decadência do “gênio” diante da aurora daqueles que ele ferinamente chamou de idiotas. Vejamos.

[Até o século XIX] o idiota era apenas o idiota e como tal se comportava. E o primeiro a saber-se idiota era o próprio idiota. Não tinha ilusões. Julgando-se um inepto nato e hereditário, jamais se atreveu a mover uma palha, ou tirar uma cadeira do lugar. Em 50, 100 ou 200 mil anos, nunca um idiota ousou questionar os valores da vida. Simplesmente não pensava. Os “melhores” pensavam por ele, sentiam por ele, decidiam por ele. Deve-se a Marx o formidável despertar dos idiotas. Estes descobriram que são em maior número e sentiram a embriaguez da onipotência numérica. E, então, aquele sujeito que, há 500 mil anos, limitava-se a babar na gravata, passou a existir socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente etc. Houve, em toda a parte, a explosão triunfal dos idiotas (RODRIGUES, 1997, p. 86).

Martin Heidegger, em sua versão existencialista da fenomenologia de Husserl, nos aponta que não há diferenciação possível entre o ser e o mundo, mas somos sempre “seres no próprio mundo”, conforme podemos observar a seguir.

O mundo não é um objeto que existe “fora de nós”, a ser analisado racionalmente, contrastado com um sujeito contemplativo: o mundo nunca é algo do qual possamos sair e nos confrontarmos com ele. Surgimos, como sujeitos, de dentro de uma realidade que nunca podemos objetivar plenamente, que abarca tanto “sujeito” quanto “objeto”, que é inesgotável em seus significados e que nos gera tanto quanto nós a geramos (EAGLETON, 2003, p. 86).

É nesse sentido que podemos dizer que somos os próprios construtos ideológicos que defendemos ou que desejamos combater. É por esse motivo que os ideários nos submetem de tal forma que, na maioria das vezes, não é possível escapar de seus contextos totalizantes, onde as ideias que discordam não são mais do que farpas, antagonismos que – longe de nos fazer esmorecer – existem mesmo para ratificar o fértil solo de nossas próprias crenças.

Somos nossas próprias ideias. Por esse motivo, por conta delas, podemos ser louvados ou cair no ostracismo. É claro que Nelson Rodrigues errou ao defender a ditadura militar, mas ele pagou com o sangue de seu próprio filho por seu erro.

Nelson Rodrigues Filho engajou-se na clandestinidade política. Em dezembro de 1971, já era um dos homens mais procurados pela ditadura militar. Ele foi preso em 1972, após ter, em seu currículo, assaltos a dois supermercados, a duas agências de banco, a duas firmas distribuidoras, a um depósito de bebidas e a um carro-forte. Nelson Rodrigues (pai) havia mesmo já combinado com o próprio general Médici a extradição de Nelsinho, mas esse último recusou-se a deixar os seus companheiros. Disse Ruy Castro sobre o caso:

Quando “Prancha” tornou-se um nome na luta armada, muitos de seus companheiros do MR8 ficaram estatelados ao descobrir quem ele era. Imagine então a reação do Exército quando soube da sua identidade. Os dois lados enxergavam a monstruosa ironia daquela situação: um dos maiores anticomunistas do Brasil ter um filho envolvido na luta armada contra o regime que ele tanto defendia (CASTRO, 1992, p. 389).

O fato de ser filho de Nelson Rodrigues não proporcionou um tratamento diferente para ele. Durante os primeiros dias, foi submetido a sessões de “afogamentos” e choques elétricos. A única recomendação dos torturadores era não marcar o corpo do filho de um dos maiores defensores do regime militar. O relato a seguir, de Ruy Castro, revela o momento em que Nelson “descobre”, na voz de seu próprio filho, a verdade do que acontecia nos porões militares.

“Prancha” já estava no Batalhão de Guardas. Nelson, Elza e Joffre tiveram autorização para vê-lo. Parecia bem. Mas Nelson perguntou-lhe na frente de um oficial:

“Você foi torturado?”

E Nelsinho:

“Muito”.

O rosto de Nelson Rodrigues se desfez, como uma máscara de teatro que tivesse sido deixada na chuva. Envelheceu anos naquele e nos minutos seguintes. Algo em que vinha acreditando durante todo aquele tempo se esboroava na palavra de seu filho – e, como se isso não bastasse, Joffre lhe contaria depois que vira o tornozelo de Nelsinho, com o branco do osso à mostra (CASTRO, 1992, p. 404).

Durante o restante da década de setenta, Nelson Rodrigues visitou prisão após prisão atrás de seu filho, o que durou até o ano de 1979. Aquele que fora o defensor da

ditadura, agora clamava pela abertura política – nesse caso, o seu peso era enorme. Mesmo antes da prisão de seu filho, Nelson usou a sua influência entre os militares a fim de localizar ou mesmo de libertar intelectuais e ativistas da prisão. Dentre eles, o próprio Wladimir Palmeira, Hélio Pellegrino e Zuenir Ventura.

Nelson Rodrigues morreria no ano de 1980. Foi um homem genial e, como todos eles, contraditório. Ele criou uma dramaturgia que trouxe a modernidade aos teatros brasileiros, fundou personagens, cravou frases no imaginário coletivo, deixou suas marcas entre as palavras que escreveu.

Fernando Pessoa, Martin Heidegger, T.S. Eliot, Nelson Rodrigues e tantos outros foram reacionários, defenderam abertamente regimes totalitários, apoiaram as direitas mais cruéis e escreveram textos que ficaram para sempre no cânone da literatura ocidental – mas, o que realmente importa? Quando os regimes passarem e os homens forem diferentes, quando pudermos, brasileiros, experimentar (embora isso não tenha acontecido até hoje) formas legítimas de governo de esquerda a fim de julgar não através das palavras de outros, mas através da própria experiência, o que é melhor, a direita ou a esquerda, quando tudo isso acontecer, as suas literaturas ainda permanecerão insustentáveis, corrosivas, revolucionárias e nos levarão inexoravelmente ao estranhamento, à transformação e, com isso, nos sentiremos sozinhos. Nossas palavras não ecoarão mais nas televisões, nos programas humorísticos, nas mídias de entretenimento. Tudo será angústia e despertar em suas literaturas. Ao acontecer isso, talvez pensemos: Maldita é a solidão daquele que tem contra si a “doxa” do lugar comum, a medonha “opinião pública”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997.

----- . *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

----- . *A menina sem estrela*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

----- . *Flor de obsessão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

----- . *O reacionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Recebido em 19 de outubro de 2010. Aprovado em 22 de outubro de 2010.